



CONGRESSO NACIONAL

MPV 804  
ETIQUETA  
00024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
05/10/2017

Proposição  
Medida Provisória nº. 804/2017

Autor  
Deputado Izalci Lucas

Nº do Prontuário

1( )Supressiva 2.( )Substitutiva 3.( )Modificativa 4.(X)Aditiva 5.( )Substitutivo global

| Página | Artigo<br>8º | Parágrafo | Inciso | Alínea |
|--------|--------------|-----------|--------|--------|
|--------|--------------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte parágrafo à MPV 783-B de 2017:

**“§ \_\_º Os valores do principal e demais acréscimos já pagos, devidamente corrigidos, serão objeto de dedução integral dos débitos de programas anteriores de parcelamento quando o contribuinte desistir dos referidos programas com o fim de migrar para o PERT, devendo a SRFB e a PGFN evidenciar o cálculo em planilhas explicativas e comparativas em seus sítios de internet.”**

JUSTIFICATIVA: A transparência deve ser uma constante na relação FISCO x CONTRIBUINTE. Não está claro o que é deduzido e qual a forma de cálculo dos valores já pagos em parcelamentos anteriores por ocasião da necessária desistência e migração ao novo regime. *O Programa visa recuperar créditos de difícil recebimento e sanear empresas neste momento de grave crise econômica. Ou ele vem de forma efetiva ou não atingirá os fins a que se propõe.*

*Os itens que compõem o crédito tributário são de difícil cálculo e interpretação e variam os descontos de um programa para outro. A informação que se pretende exigir dos órgãos de arrecadação já existe no sistema, bastando ajustes e sem qualquer custo adicional. Permitirá também ao contribuinte clara informação sobre sua situação e dos pagamentos realizados, subsidiando-o na tomada de decisões.*

*Aceitar a alteração proposta viabilizará resultados melhores para a arrecadação federal.*

PARLAMENTAR

DEPUTADO IZALCI LUCAS  
PSDB/DF



CD/17462.06687-17